

## NOTA DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS

*“Somos uma nação subjugada pelos potentes, uma nação espoliada, uma nação que está morrendo aos poucos sem encontrar o caminho, porque aqueles que nos tomaram este chão não têm dado condições para a nossa sobrevivência” (Marçal de Souza Tupã Y)*

O Sistema Conselhos de Psicologia vem expressar indignação frente à violência contra os povos indígenas que ocorre neste país há mais de 500 anos e que vem se agravando sistematicamente, como o ocorrido contra o povo Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul. A situação é causada por grandes projetos expansionistas (em especial na Amazônia) pelo agronegócio, hidrelétricas, madeireiras e mineradoras, todos de cunho capitalista e predatório, com a conivência do Estado que invertem a questão e enquadraram como invasores as populações indígenas e os povos tradicionais. É causada ainda pela negligência do Estado brasileiro, que contribuiu para a pauperização, intimidação, expulsão de terras e genocídio das populações indígenas, bem como o assassinato de famílias e lideranças.

Essa situação não recebe atenção da grande mídia com a mesma evidência de outros fatos de menor ou nenhuma relevância. Assim apontamos para a necessidade de criar condições para a coexistência dos povos, sem discriminação de caráter étnico, religioso, racial, de classe social ou de gênero, entre outros.

Como ponto fundamental, urgente e inadiável, é o reconhecimento imediato à propriedade da terra pelos povos indígenas e para tanto, é preciso transformar o papel do Estado Brasileiro em eficiente mediador dos conflitos.

Assim, o Sistema Conselhos de Psicologia reconhece: (1) o valor do conhecimento tradicional indígena, (2) manifesta apoio a estes povos, (3) se une aos movimentos e entidades que vêm denunciando a violência em curso no Brasil. Deste modo, exige a imediata interrupção da violência contra os povos indígenas, demarcação das terras, o cumprimento das devidas medidas legais a serem tomadas em relação aos produtores rurais como desocupações e indenizações e o resgate da função social da terra.

(Texto aprovado na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças, a partir de moções do CRP-RJ e CRP-SP e aprovado em 13 de setembro de 2015).

Link da nota do CRP-RJ <http://bit.ly/notacrprjindios>

Link da nota do CRP-SP <http://bit.ly/notacrpspguarani>